TL 4150

FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR LESTE
INDEPENDENTE - FRETILIN

UNIÃO DEMOCRÁTICA TIMORENSE
U D T

C O M U N I C A D O

Sobre a visita do Engº Miguel Anacoreta Correia a Timor Leste, a UDT e a FRETILIN desejam manifestar nos seguintes termos a sua posição:

1 - A UDT e a FRETILIN congratulam-se com o facto de a visita se ter saldado num êxito, embora relativo, sobretudo no aspecto logístico. Todavia rejeitam totalmente os aproveitamentos que se possam fazer da viagem para reconhecer o "statu quo", isto é, a legitimação da ocupação de Timor Leste pela Indonésia, com base num duvidoso desenvolvimento económico que não beneficia o Povo de Timor Leste, mas antes os "transmigrados" de outras ilhas.

2 - De facto, esse aparente "milagre" económico operado em Timor Leste não passa de uma miragem. Com efeito, as construções que foram feitas para durar pertencem todas ao período da colonização portuguesa, como todos os edifícios públicos e hospitalares, tanto em Dili, como nos Concelhos.

Em Dili, existe apenas uma única construção feita totalmente pelas autoridades indonésias, a qual só de muito longe pode ser comparada com as atrás referidas. As estradas alcatroadas têm apenas um interesse militar, pois não foram feitas para durar, devendo ser reparadas todos os anos, indo o dinheiro gasto para os bolsos de funcionários e militares corruptos.

O programa de extensão rural não é até agora mais do que uma deficiente execução de um plano mais amplo já delineado pela administração portuguesa com o objectivo de aproveitar todas as planícies costeiras que ladeiam a ilha, nomeadamente na Região Sul.

3 - No plano educativo, em 1974, já existiam escolas primárias até ao nível de povoação. Em CAIRUI, que ao que parece se tornou numa das salas de visita obrigatórias, já existia uma escola de nível secundário. Infelizmente, muitas escolas que foram, até 1974, importantes centros de formação da juventude timorense, encontram-se ainda hoje ocupadas pelo exército indonésio,

como são os casos dos Colégios Masculino e Feminino de Soibada e Ossú, que são construções verdadeiramente imponentes no seu conjunto.

4 - Não é a manutençaõ dos nomes das ruas nem sequer dos edifícios públicos, mudando-lhes a função, que pode significar maior respeito pelos Direitos Humanos ou pela identidade cultural do Povo Timorense. Pelo contrário, a manutenção dos edifícios e da toponímia pode prestar-se mesmo para se praticar, sob a sua capa, um verdadeiro genocídio cultural, ao eliminar-se todas as formas de participação do próprio Povo no seu pretenso desenvolvimento.

5 - Aliás, esse genocídio cultural é tão evidente, num plano mais profundo, que ao visitante que conheça Timor Leste de antes de 1974 ressalta logo à vista este fenómeno: o Povo Timorense de hoje é triste e sem alegria, contrastando com o que era, antes da invasão indonésia, altura em que era visível a sua alegria, manifestada através das suas danças e cantares, executadas diariamente e não apenas em demonstrações para os estrangeiros verem, em Jakarta, como hoje sucede.

6 - A reconciliação nacional entre os Timorenses é já um facto. Para ela foi importante a contribuição da Igreja, mas numa visão correcta da sociedade civil e política, essa reconciliação só será completa, se contar também com a participação dos Partidos Políticos. Esquecer este facto é não só contribuir para criar um factor de desestabilização como para desvirtuar o próprio significado das intervenções sempre responsáveis das autoridades eclesiásticas.

7 - Finalmente, o desenvolvimento económico pretensamente iniciado pelas autoridades indonésias, em Timor Leste, só foi possível com a ajuda do Banco Mundial, do FMI, do grupo de Países europeus que integram a IGGI e de outras Organizações Internacionais.Recorde-se, a propósito, que já, em 1974, existia um plano para a electrificação total da ilha e para a construção de estradas alcatroadas ligando todas as principais vilas e ainda um caminho-de-ferro circundando o território de Timor Leste. Por isso, certas fontes referem que as instituições bancárias mundiais começam a inquietar-se com a forma apenas propagandística como as autoridades indonésias têm vindo a utilizar os fundos postos à sua disposição, em Timor Leste.

No entanto, apesar de todas as reservas manifestadas acerca de alguns dos aspectos mais significativos do Relatório do Engº Miguel Anacoreta

Correia, a sua visita a Timor Leste, pode ser considerada como um marco importantíssimo no desenvolvimento do processo de descolonização do território, se a sua leitura for conduzida com as necessárias cautelas e com espírito de quem procura a verdade dos factos e não com o desejo reprovável de quem pretende por qualquer via reconhecer a anexação. Nesse sentido, a UDT e a FRETILIN reafirmam o seu apoio à iniciativa, mas sem enjeitar igualmente as suas responsabilidades para extrair dos factos relatados todas as ilações para as quais o seu conhecimento da realidade timorense lhes confere reconhecida capacidade e legitimidade.

Convidam, por isso, todas as forças políticas a contribuirem para a defesa intransigente do direito do Povo de Timor Leste à auto-determinação e Independência. Exigem que Portugal, Indonésia e a Comunidade Internacional criem as condições políticas necessárias para que o Povo de Timor Leste seja consultado em total e verdadeira liberdade e sem pressões de qualquer espécie, nomeadamente as psicológicas decorrentes da presença militar e dos serviços secretos indonésios.

Lisboa, 18 de Agosto de 1986.-

Pel'O Chefe da Delegação da FRETILIN
em Serviço no Exterior - DFSE

Dr. Abílio Araújo

O Presidente da Comissão Política da UDT

Dr. Moisés da Costa Amaral